

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Eles estão juntos...

Os líderes do Centrão estão cada vez mais afinados no sentido de blindar o presidente da Câmara, Hugo Motta, das decisões espinhosas. Foi assim, por exemplo, no caso de não colocar em pauta a anistia aos envolvidos no quebra-quebra e tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

... e assim permanecerão

Seja do lado da oposição, seja do lado do governo, a ideia é preservar Motta e sempre atuar em colegiado. Foi assim durante o mandato de Arthur Lira e prosseguirá dessa forma. Eles decidem entre eles e mantêm a força dentro da Casa.

Recado ao governo I

Ao indicar um integrante de oposição da sua bancada para relatar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Paulo Azi (União-BR), manda um recado ao governo. Para muitos, o objetivo dessa relatoria é ajudar o PL a derrubar a PEC governista e alavancar um pacote de projetos em tramitação no Congresso.

Cautela no começo

Pelo menos neste início de conversa sobre a PEC da Segurança Pública, o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), promete ouvir o setor e o governo antes de redigir o seu voto. “Defini com o presidente da CCJ que teremos audiências públicas e a primeira será com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para que apresente a PEC e a defesa. Vamos abrir uma série de audiências públicas para que possamos ouvir os governadores e outros agentes envolvidos”, disse à coluna.

Ponto nevrálgico

Os desvios de recursos da Previdência abrem a semana política como o principal ponto de atenção do governo no Congresso Nacional. A avaliação é a de que, mesmo que o ministro da Previdência, Carlos Lupi, deixe o cargo, será difícil evitar respingos de desgaste político no Planalto. A ideia da oposição é usar tudo o que puder para tentar evitar que Lula chegue forte ou se recupere para 2026. Nesse sentido, embora o irmão de Lula, Frei Chico, tenha assumido recentemente a vice-presidência de uma das associações investigadas e o sindicato ao qual ele pertence não tenha sido alvo de busca e apreensão dessa primeira leva da Polícia Federal, é por aí que os oposicionistas pretendem atacar o governo. Aliás, com os 50% de rejeição do presidente Lula detectados pela pesquisa Atlas/Intel, o governo precisará agir ainda mais rápido do que a investigação da PF para se desvencilhar desse tema.

» » »

Cálculos políticos/ O PDT vai com Carlos Lupi até o fim. Pelo menos, em público, ninguém ali defende que ele seja afastado do cargo. Aliás, o que se diz é que, em caso da saída de Lupi, o partido não deve nem mesmo reivindicar o direito de indicar o substituto.



CURTIDAS



Redes sociais/Reprodução

Estamos bem/ Às vésperas de fechar a federação entre o Progressistas e o União Brasil, o presidente do PP, Ciro Nogueira, e o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira, conversaram longamente em Uberaba. Estavam tão descontraídos que chegaram a publicar esta foto juntos na Expozebu, a famosa feira de gado Zebu, que completou 90 anos.

Estamos ótimos/ Hoje, 15h, o PP e o União Brasil fazem a solenidade de lançamento da federação no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Todos os partidos prometem marcar presença para conferir essa nova força política, hoje dividida entre governo e oposição.

Demanda sustentável I/ A 3ª edição do Panorama da Sustentabilidade Corporativa, da Amcham Brasil em parceria com a Humanizadas, revela que há uma pressão para que o Estado acelere a agenda sustentável. Ampliação de incentivos fiscais e linhas de créditos; estabelecimento de regras, metas e fiscalização; além de investimento em educação e capacitação e pesquisa aplicada são os três pontos mais esperados pelo setor privado.

Demanda Sustentável II/ Outros cinco pontos mostram o que as empresas estão demandando das políticas de sustentabilidade do Poder Legislativo. Por exemplo, estímulo ao manejo de resíduos. A pesquisa ouviu 401 empresários, que representam cerca de 505 mil empregos diretos com faturamento anual de R\$ 2,9 trilhões.

PODER

“Não aceito mais ser abusada”

Parlamentar relata episódios de agressão física e abuso psicológico e pede que mulheres denunciem seus agressores

» ALÍCIA BERNARDES*

A deputada federal Marussa Boldrin (MDB-GO) tornou público que foi vítima de agressões físicas e psicológicas praticadas pelo próprio marido, o advogado Sinomar Júnior, ex-superintendente da Secretaria de Esporte de Goiás. Em relato publicado nas redes sociais, a parlamentar revelou ter sido espancada duas vezes, além de sofrer distanciamento emocional e violência psicológica contínua. O caso foi registrado na Delegacia de Polícia de Rio Verde (GO), e Marussa solicitou medida protetiva com base na Lei Maria da Penha.

De acordo com a deputada, os episódios de violência ocorreram em Brasília e marcaram profundamente sua trajetória pessoal e política. “Tive coragem de procurar a delegacia, de fazer o boletim de ocorrência, o corpo de delito e pedir uma medida protetiva. Porque não cabe amor onde existe violência. Eu sobrevivi”, afirmou. A parlamentar destacou, ainda, o impacto das agressões emocionais sofridas, citando o isolamento, a manipulação psicológica e o esvaziamento dos vínculos afetivos promovidos durante o relacionamento.

Ao tornar pública a denúncia, Marussa afirmou que sua intenção é encorajar outras mulheres que estejam vivendo situações semelhantes. Em seu desabafo, afirmou não aceitar mais carregar a dor em silêncio nem fingir que tudo estava bem. “Não aceito mais ser abusada, nem física, nem moral, nem psicologicamente. E, se você, mulher, estiver lendo isso e vivendo algo parecido, saiba: você não está sozinha. Não tenha medo de denunciar,

de pedir ajuda, de buscar sua liberdade”, declarou. A parlamentar reforçou a importância da denúncia e do apoio às vítimas, lembrando que romper o ciclo da violência é um gesto de coragem e sobrevivência.

A repercussão do caso mobilizou o meio político. Em nota oficial, o MDB, partido da deputada, manifestou apoio irrestrito a Marussa. “Não toleraremos que esse tipo de intimidação possa acontecer nem com uma mulher legitimamente eleita, nem com qualquer outra! Sua força e determinação servirão para que possamos seguir vigilantes e atentos, sem permitir que ninguém possa calar a voz de uma mulher”, diz o comunicado. A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), também expressou solidariedade à parlamentar. “Você não está só! Minha solidariedade a você e meus parabéns pela coragem de denunciar este ato de violência doméstica. Sua voz abre caminhos para outras mulheres. Vamos juntas e juntos dar um basta nessa vergonha nacional!”, afirmou.

Atualmente na bancada feminina da Câmara dos Deputados, Marussa é autora de projetos voltados à proteção das mulheres. Entre suas propostas, destacam-se o aumento da pena para crimes de feminicídio cometidos em áreas rurais e a obrigatoriedade da notificação de casos suspeitos de violência doméstica por hospitais e clínicas de saúde.

A defesa de Sinomar Júnior ainda não se manifestou. O pedido de medida protetiva apresentado pela deputada está em análise pela Justiça de Goiás.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Não aceito mais ser abusada, nem física, nem moral, nem psicologicamente. E, se você, mulher, estiver lendo isso e vivendo algo parecido, saiba: você não está sozinha. Não tenha medo de denunciar, de pedir ajuda, de buscar sua liberdade”

Deputada federal Marussa Boldrin (MDB-GO)

Collor: três votos favoráveis no STF

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por maioria, a prisão do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello. Até o fechamento desta edição, o placar estava em 6x3. Os votos divergentes no plenário virtual foram dos ministros André Mendonça, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Os três decidiram pela revogação da prisão.

Collor de Mello está detido no Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, em Maceió, após o ministro Alexandre de Moraes rejeitar todos os recursos da defesa e determinar que o político cumpra a pena de 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro em um esquema na BR Distribuidora entre 2010 e 2014.

Votaram a favor da prisão Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Até o fechamento desta edição, o único voto em aberto era o do ministro Nunes Marques. Cristiano Zanin declarou-se impedido de participar do julgamento por ter atuado como advogado em processos da Operação Lava-Jato antes de assumir a cadeira do Supremo.

No fim de semana, o ministro Gilmar Mendes havia suspenso a deliberação ao pedir destaque, mas desistiu de levar o caso para a discussão física. Durante evento do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), o decano justificou o recuo. “É porque já havia votos nesse sentido (pela

manutenção da prisão) no plenário virtual e também há um pedido de prisão domiciliar que está sendo deliberado pelo ministro Alexandre, então, vamos aguardar esses desdobramentos”, disse.

Laudo médico

Collor está na ala especial do presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, em uma cela individual. Os advogados do ex-presidente solicitaram a concessão de prisão domiciliar, pois, segundo eles, Collor apresenta “comorbidades graves” por causa da idade avançada (75 anos), doença de Parkinson, apneia grave do sono e transtorno afetivo bipolar. Alexandre de Moraes determinou um prazo de 48 horas para que todos os documentos médicos relacionados

ao estado de saúde dele para análise da conversão.

No despacho, o magistrado também decretou sigilo sobre os documentos que informam sobre o estado de saúde do ex-presidente. O integrante do STF cobrou a “apresentação dos necessários documentos comprobatórios das alegações constantes, inclusive prontuário e histórico médico, bem como os exames anteriormente realizados”, escreveu.

A denúncia contra Collor foi apresentada em 2015. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), ele recebeu R\$ 20 milhões em propina por negócios da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras na venda de combustíveis. Os pagamentos teriam sido feitos entre 2010 e 2014.